



O racismo faz parte da formação da sociedade brasileira. Isso quer dizer, entre outras coisas, que o negro ainda ocupa posição de inferioridade no imaginário social dominante. As graves conseqüências decorrentes desta realidade atingem em cheio a população negra, que resiste e encara com firmeza e criatividade as dificuldades e barreiras impostas por uma sociedade que historicamente fez de tudo para que o povo negro desaparecesse.

Demonstração atual de reação aos avanços e conquistas de negras e negros é a histeria de setores conservadores e de parte da grande mídia em torno das

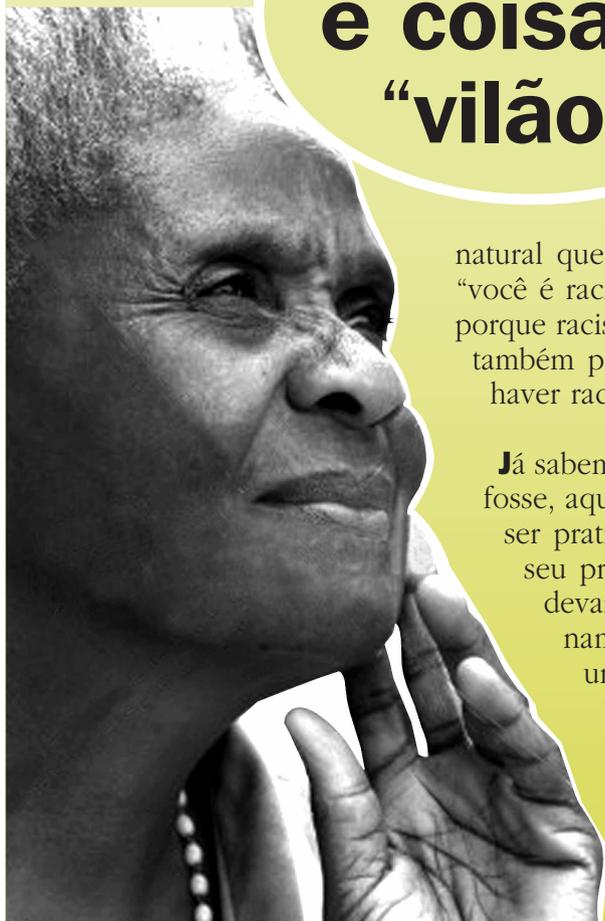
Racismo é coisa de “vilão”?

políticas de ação afirmativa e seus sistemas de cotas. Presenciamos verdadeiras campanhas anticotas empreendidas pelos que agora se sentem ameaçados pela possibilidade de ter que partilhar com o povo negro não só as posições de prestígio, as riquezas e os privilégios, mas, sobretudo, o poder.

Não é exatamente novo o fato de que os grandes veículos de comunicação se fazem porta-vozes das elites, ajudando a camuflar a violência nas relações raciais no Brasil. Se pelo menos nos últimos cinquenta anos você assistiu televisão, mesmo que com pouca freqüência, certamente lhes são familiares idéias do tipo: “O Brasil é um país onde pessoas de todas as raças sempre viveram em harmonia”; “Neste país não existem brancos nem negros, somos uma mistura!”; “A desigualdade no Brasil é social e não racial”; e mais recentemente - “A ciência já provou que raça não existe”.

Sentenças repetidas por tanto tempo, de tantas maneiras diferentes que fica nítida a intenção de nos convencer da falsa idéia de que o “verdadeiro racismo” seria impossível em um país como o Brasil. Ora, todo mundo, se refletir honestamente, tem uma história de racismo para contar. Experimente perguntar a qualquer pessoa de qualquer cor. É mais do que natural que a resposta seja “sim – ele existe”. Entretanto, se a pergunta for “você é racista?”, é muito comum ouvirmos de volta um sonoro não. Não só porque racismo é crime inafiançável com pena de até três anos de prisão, mas também porque pega muito mal ser visto como racista. Então, como pode haver racismo se ninguém o pratica, ou melhor, se ninguém o assume?

Já sabemos que no Brasil ninguém sai por aí se declarando racista. Se assim fosse, aqui o racismo seria de muito mais fácil identificação, pois haveria de ser praticado somente por aquelas pessoas que afirmam publicamente o seu preconceito, dizem “Eu não gosto de preto!”, insinuam que negros devam usar o elevador de serviço dos edifícios ou afirmam que jamais namorariam uma pessoa negra. Todavia, racismo não é simplesmente um conjunto de fatos isolados provocados por pessoas “ruins” e “ignorantes”. Ele é, como dissemos, algo que orienta a própria percepção sobre a realidade, determinando às vezes de maneira muito sutil, quem deve ou não ocupar certas posições sociais. A nossa luta é para superá-lo de modo que as pessoas possam conviver respeitando as diferenças, livres da marca da desigualdade em seu olhar.



Ea mídia da qual falávamos? Como pode ser verdade que ela queira nos convencer de que o verdadeiro racismo não é possível? Afinal, a telinha volta e meia dá notícias de crimes de racismo, além de retratar o tema em muitas de suas novelas. Uma de muito sucesso e bastante marcante foi *Páginas da Vida*. Escrita por Manoel Carlos e exibida pela Rede Globo de Televisão no ano de 2006, o folhetim televisivo foi mais um que abordou o racismo destacando sua forma pessoal. Na trama das 20h, horário nobre da emissora, a menina Gabriela - vivida pela atriz Carolina Oliveira - rejeitava a madrasta negra Selma - interpretada por Elisa Lucinda. Gabriela, filha de uma mulher branca com um homem branco, agora casado com Selma, evitava qualquer tipo de contato com a madrasta, recusando-se até mesmo a comer os pratos por ela preparados. Em pouco tempo, o telespectador descobre que a menina apenas reproduz comportamentos racistas adotados por sua mãe, a vilã Angélica - vivida por Cláudia Mauro - inconformada com a união de seu marido a uma mulher negra.

Páginas da Vida é um bom exemplo de como o racismo é tratado na teledramaturgia e na televisão brasileira: um conjunto de comportamentos e atitudes isolados, adotados por pessoas sem caráter, invejosas e vilãs. Será que nesse caso, ainda vale o velho ditado "A arte imita a vida?" Racismo então é coisa de vilão?

A resposta é não! O racismo pontual do vilão ou da vilã de novela é mais uma forma desviar nossa atenção de uma séria questão social e política que tem efeitos devastadores: o racismo que faz parte da formação social brasileira, o qual naturaliza as condições de vida desfavoráveis e injustas de negros e negras neste país. Ou seja, costuma-se enxergar profundas injustiças como algo normal. Este problema, portanto, pode e deve ser superado politicamente. O primeiro passo é a responsabilização do Estado brasileiro por seus crimes contra a população negra. Injustiças de ontem e hoje que ele tem por obrigação reparar e enfrentar.

O *Toques* desta edição traz para você informações sobre os avanços e impasses na construção de políticas públicas antiracistas, tanto na II Conferência de Promoção da Igualdade Racial (II Conapir) quanto no âmbito da saúde pública onde traçamos um panorama sobre a luta pela Política Nacional de Saúde da População Negra. Como em números anteriores - mais do que compartilhar informações - viemos celebrar a trajetória vitoriosa que percorremos juntas até aqui. E com muito axé prosseguiremos!

Aproveite a leitura!



II Conferência de Promoção da Igualdade Racial:

ativistas negras e negros lutam pela manutenção de conquistas políticas e se manifestam em favor das ações afirmativas.

Em Brasília, no dia 28 de junho deste ano - data que marca o fim da II Conferência de Promoção da Igualdade Racial (IIConapir) - organizações e militantes negros se reuniram para tornar público o **Manifesto em defesa dos direitos e da autonomia política da população negra**, assinado por 13 entidades da sociedade civil (CRIOLA é uma destas). O documento além de repudiar o texto substitutivo do Estatuto da Igualdade Racial, enumera algumas de suas principais falhas como a retirada de recursos para implementação de políticas públicas voltadas para a população negra; a extinção das cotas e a restrição da garantia de ações afirmativas somente às pessoas negras abaixo da linha da pobreza; a não legitimação das posses de terras tradicionais e quilombolas; e o cunho optativo das diretrizes do estatuto que deixa nas mãos dos gestores a decisão de cumprir ou não o que está no papel.

A II Conapir iniciada em 25 de junho, na capital federal, teve a participação de cerca de 1.300 delegados eleitos nas etapas municipais e estaduais, além de 300 convidados especiais. A conferência teve como objetivo avaliar os impactos das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, reunir novas propostas para a superação do racismo e construir um Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Os temas privilegiados no encontro foram Saúde, Educação, Terra e Habitação, Trabalho e Renda, Segurança e Justiça, e Política Internacional. Para estes eixos temáticos foram apresentadas um total de 580 propostas de políticas públicas pelos diferentes grupos de trabalho. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) teve dois meses de tempo estimado para apresentar um relatório que elenca todas as propostas aprovadas.

O encerramento da II Conapir não abrandou os debates sobre as políticas de promoção da igualdade racial, mais do que nunca, centrados na questão das ações afirmativas. Ao contrário, o que houve foi um acirramento das discussões em torno do texto substitutivo do Estatuto da Igualdade Racial – cujo conteúdo original tramita no Congresso há quase uma década. Na opinião de alguns ativistas o estatuto sofreu alterações que o distorcem radicalmente. Estas modificações são fruto de uma conjuntura política bastante desfavorável, na qual influentes setores conservadores, atuantes em diversas frentes, se articulam para pressionar o governo, aproveitando-se de “vulnerabilidades” que geralmente aparecem no ano que antecede as eleições presidenciais. Paralelo, aos “subterrâneos” ou descarados acordos políticos, os racistas ainda procuram a todo tempo desqualificar a histórica luta negra pela igualdade racial, acusando as entidades e a militância de racismo.

Embora esta última versão do Estatuto da Igualdade Racial tenha sido aprovada na plenária final da II Conapir, as moções não foram votadas, ficando a cargo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) – um dos órgãos responsáveis pela coordenação do evento – decidir sobre estes encaminhamentos. As exigências dos movimentos negros e seu papel fundamental na pressão política sobre governo para que não haja retrocessos, são de suma importância para que o Brasil avance no enfrentamento do racismo e na redução das desigualdades, o que inclusive já está previsto em tratados internacionais assinados pelo governo. Para cumprir estes compromissos o Estado brasileiro não pode abrir mão de políticas de ação afirmativa, devendo ampliá-las criando cotas no serviço público, em empresas privadas, partidos e até mesmo nos grandes veículos de comunicação (que funcionam graças às concessões cedidas pelo governo).

Continuaremos na luta pelos direitos das comunidades quilombolas e tradicionais às suas terras, pela Política de Saúde da População Negra, pelo direito às diferenças, à livre manifestação religiosa e pela reparação das iniquidades. Seguiremos o caminho que começou a ser trilhado por nossos antepassados escravos rumo a uma sociedade mais igualitária livre do ranço do racismo. Voltar atrás? Nem pensar! E como diz o Manifesto citado linhas acima, assinado também por CRIOLA: “Nenhum direito a menos! Reparação já!”

SUS: Conheça os porquês de uma política pública de saúde para a população negra.

No Brasil, as desigualdades entre negros e brancos são prova de que muitas injustiças do passado e do presente permanecem sem reparação. Hoje, a cor negra de nossa pele – para nós razão de orgulho – infelizmente ainda é motivo de discriminações. E aí vão mais de 400 anos da época de escravidão sem que os ideais racistas tenham sido banidos de nossa sociedade.

A saúde é um campo bastante afetado pelo racismo. As condições de vida desfavoráveis impostas à grande maioria da população negra acabam por expô-la a um meio externo que tem relação direta com seu desempenho em saúde. Os chamados fatores externos vão da violência, passando pela ausência de políticas públicas, até a falta de saneamento básico em regiões onde há maior concentração de pessoas negras. Assim, adoecemos e morremos com menos idade, em maior quantidade e, geralmente, por causas que seriam evitáveis em condições de vida dignas.



No sistema de saúde, o descaso com que somos tratados - e isso quando há tratamento -, as várias formas de negligência profissional e a falta de condições dignas de atendimento, são características de um problema maior: o **racismo institucional**. Uma forma de racismo que permeia as estruturas de organização da sociedade e suas instituições, se materializando em interesses, comportamentos e ações. Ele impede que as instituições com financiamento público ofereçam assistência de qualidade para uma população em que predominam negros e pobres.

Dados do próprio Ministério da Saúde revelam os impactos do racismo na saúde: crianças negras têm 44% mais risco de morrer de doenças infecciosas e parasitárias antes de 1 ano, do que as crianças brancas; negros têm 68% mais chances de morrer de tuberculose do que os brancos; o risco de morte materna aumenta em 41% para as mulheres negras em relação às mulheres brancas; já o risco de morte por homicídio aumenta em 88% entre negros, quando comparados aos brancos. Outro dado, igualmente chocante, refere-se às taxas de assassinato de meninas entre 10 e 19 anos em todo o país. Em todos os estados a proporção de assassinatos de meninas negras excede, em muito, a proporção de meninas negras na população geral.

Além do racismo institucional no Sistema Único de Saúde (SUS), ainda há negligências sistemáticas das **doenças e agravos prevalentes na população negra**, tais como: doença falciforme, deficiência da enzima glicose-6-fosfato-desidrogenase, hipertensão e diabetes **mellitus**. Ou males que incidem mais sobre a população negra devido às suas condições de vida desfavoráveis: desnutrição, doenças do trabalho, DST-HIV/AIDS, tuberculose, mortes violentas, mortalidade infantil acima da média, transtornos mentais, transtornos derivados do uso abusivo de álcool ou outras drogas, entre outros.

Essas são algumas das razões pelas quais negros e negras se mobilizaram em todo país para fazer com que o governo adotasse uma política pública de atenção à saúde da população negra. Uma das grandes vitórias desta mobilização foi a aprovação, em novembro de 2006, da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que define uma série de princípios, objetivos e responsabilidades sobre a melhoria das condições de saúde deste grupo.

A sociedade civil, neste sentido, tem desempenhado um papel fundamental no acompanhamento da implementação da política. Os movimentos negros

e de mulheres negras continuam trabalhando em várias frentes para divulgá-la não só para os formadores de opinião e autoridades, mas, sobretudo, para a população negra que é (e nunca é demais lembrar) detentora do direito ao tratamento digno, principalmente, no sistema público de saúde.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), por exemplo, é uma instância de controle social do Ministério da Saúde 50% composto por integrantes da sociedade civil. Este é um dos espaços de luta negra pela equidade no SUS. O CNS possui caráter deliberativo tendo como atribuição legal atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas, trabalhando ao lado do governo na definição de políticas, orçamento e ações (CNS - DF, 2003; Antônio Ivo, 1995).

Conquista igualmente positiva é a instalação dos comitês estaduais e municipais de saúde da população negra que se mostram importantíssimos para inserção de demandas e questões específicas nas diversas instâncias do SUS. Os comitês - que também contam com a participação ativa da sociedade civil - têm papel fundamental no apoio técnico, com vistas a construir políticas e definir linhas estratégicas de ação neste campo.

Apesar de todos os avanços, mais uma vez esbarra-se com uma dificuldade bem antiga: colocar as políticas existentes em prática. Segundo o Secretário Executivo da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, José Marmo da Silva, o problema é a falta de sensibilidade dos políticos e gestores de saúde quanto a questão do enfrentamento do racismo no SUS. "Na realidade falta vontade política, pois as pesquisas mostram que a população negra e a que morre mais por causas evitáveis, além das dificuldades de acesso ao SUS. Então é preciso mudar o rumo dessa história", revela Marmo.

Outro grande obstáculo à implementação da Política Nacional de Saúde da População negra é a crença de que o princípio de universalidade do SUS - o qual afirma que todas as pessoas devem ter direito a acessar os serviços do sistema - por si só daria conta de atender as necessidades da população negra. O princípio de universalidade é, de fato, muito importante, mas, deve-se considerar também outro princípio fundamental do próprio SUS: a equidade - que diz que cada um deve receber atenção de acordo com suas especificidades e necessidades.

EXPEDIENTE

- Tiragem: 8.000 exemplares
- Edição e Redação: Thiago Ansel - Projeto Gráfico: Luciana Costa Leite
- Colaboradoras: Jurema Werneck, Lúcia Xavier e Cida Patrocco
- Financiador: HBS - Apoio: Global Fund for Women



CRIOLA

Av. Presidente Vargas, 482, sl. 203 • Centro • Rio de Janeiro
Brasil • CEP 20071-000 • Telefax: 21.2518-7964 • 2518-6194
Endereço Eletrônico • criola@criola.org.br
Página • www.criola.org.br